IPEA INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 54

"Setor Externo e Agricultura"

Gervásio C. de Rezende

Dezembro de 1982

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Uma versão reduzida deste trabalho foi apresentada no Seminário "SUD, Strutture Agrarie e Crisi dei Modelli di Sviluppo: Ipotesi per una Nuova Cooperazione Internazionale", realizado em Roma em 9 e 10-12-82, organizado por Terra Nuova - Centro per il Volontariato. Essa versão será publicada em Literatura Econômica, vol. 5, nº 3 (maio/junho 83). Agradeço aos comentários de Anna Luiza Ozorio de Almeida a uma versão preliminar deste trabalho.

SETOR EXTERNO E AGRICULTURA

Gervásio Castro de Rezende
Dezembro/1982

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar uma resenha seletiva do tema "setor externo e agricultura", estando dividido em duas partes. A primeira inclui uma discussão sobre a determinação da relação de trocas agricultura/indústria e o papel do setor externo, estendendo-se ainda a trabalhos cujo interesse converge para o impacto da relação de trocas sobre a distribuição funcional da renda agrícola. A segunda cobre a literatura principal sobre o "problema da produção de alimentos", que teria resultado da conjugação de: a) política interna de promoção de exportações; e b) conjuntura favorável de mercados internacionais. Procura-se ressaltar, contudo, a hipótese formulada na literatura quanto ao papel desempenhado, nesse contexto, pela maior incerteza de retorno na produção de alimentos, sem dúvida alguma responsável pelo baixo nível técnico e pela preponderância nesses produtos de grupos de produtores subordinados no conjunto da estrutura agrária.

O trabalho finaliza com uma referência ao período mais recente (posterior a 1979), em que as condições do mercado internacional deterioraram-se sensivelmente e o abastecimento doméstico vem transcorrendo de forma mais satisfatória.

1 - SETOR EXTERNO E RENDA AGRÍCOLA

1.1 - A Relação de Trocas Agricultura/Indústria

Numa contribuição já clássica, Barros e Graham (1978) estudam a agricultura brasileira a partir da distinção entre o "setor comercial" (tradable) e o "setor doméstico" (non-tradable). Neste último, "os preços e as decisões de plantio dependem apenas da demanda local e da política do Governo", enquanto no primeiro, "além de fatores locais, admite-se que o mercado internacional sinaliza e determina de forma importante a alocação e o crescimento da produção" (pp. 697-8). Os bens domésticos "são mais relevantes na composição da cesta de consumo popular do que os exportáveis", razão por que os autores falarão de uma dicotomia agricultura de exportação/produção de alimentos. Essa mesma distinção domésticos/exportáveis é adotada em Homem de Melo (1978, 1979c e 1981a).

Por outro lado, Lara Resende (1982) propõe uma outra distinção na economia entre preços determinados pelos custos de produção ("preços endógenos", basicamente preços industriais) e os outros preços ("exógenos"), que entram como custos nos primeiros. Entre estes últimos, estão os preços agrícolas, determinados pela demanda ou pelo setor externo, sendo assim independentes de custos.

No que se refere aos preços de produtos agrícolas de mercado interno, sua "exogeneidade" vis-à-vis custos de produ-

ção (ou seja, vis-à-vis os demais preços da economia, incluindo os de fatores primários de produção) é uma hipótese válida apenas no curto prazo, dentro aliás do escopo da análise de Lara Resende. Nos médio e longo prazos, eles também são "endógenos", e sua determinação pelos custos de produção dá-se, naturalmente, não pela regra do mark-up, mas sim através de flutuações na oferta.

Com relação aos produtos agrícolas exportáveis, em cujos mercados mundiais o Brasil tenha uma participação pequena, fazendo com que as elasticidades-preço das nossas demandas sejam elevadas, não há um mecanismo similar de amarração de preços a custos internos de produção. Em outras palavras, os movimentos dos preços internacionais (e da taxa de câmbio), de alta ou baixa, não são anulados pelas reações da oferta interna.

A conjugação de "exogeneidade" de preços no subsetor de exportáveis com "endogeneidade" de preços no subsetor de domésticos faz com que variações duradouras na relação de trocas agricultura/indústria sejam determinadas apenas pelo subsetor de exportáveis. Com efeito, altas (baixas) de preços agrícolas devido a safras ruins (abundantes), por questões climáticas, além de não serem duradouras, podem meramente compensar os menores (maiores) rendimentos físicos, e por isso não necessariamente implicam aumento (diminuição) na renda agrícola. Por outro lado, deve-se descartar, para o caso do Brasil, a antiga

tese estruturalista de ganhos de relação de troca advindos de uma insuficiência crônica da oferta.

Esta influência singular do subsetor de exportáveis sobre a relação de trocas agricultura/indústria — e, portanto, sobre a rentabilidade da agricultura — dá a este subsetor um papel crucial na análise da estrutura e da dinâmica do setor agrícola como um todo. Mostrar isso será o objetivo das próximas seções. Antes de passarmos a elas, contudo, vale a pena abrir um parêntese e apresentar uma perspectiva adicional sobre a determinação da relação de trocas agricultura/indústria.

Sendo os preços agrícolas de mercado interno determinados, no curto prazo, pela demanda, e os preços industriais, mesmo no curto prazo, tipicamente determinados pelos custos de produção, então deve-se esperar que as flutuações da demanda agregada associadas às flutuações cíclicas da economia impliquem variações, no mesmo sentido, na relação preços agrícolas/ preços industriais. Sayad (1979 e 1982), atendo-se ao curto prazo, apresenta esta conclusão e deriva implicações importantes de política econômica. Em particular, Sayad (1982, p.52) observa:

> É paradoxal que o setor que tenha maior flexibilidade de preços esteja sujeito também a reduções maiores no emprego e na produção face a reduções de liquidez. O paradoxo, entretanto, pode ser explicado: a flexibilidade de preços do setor agrícola consegue apenas o escoamento da safra passada. A safra futura, a produção e o emprego do setor dependem dos preços esperados dos produtos agrícolas. E estes estão sujeitos a maior incerteza, em primeiro lugar, do que os preços industriais, e têm comportamento desfavorável, em período de corte de liquidez, exatamente devido à sua flexibilidade. Assim,

> a flexibilidade nominal dos preços agrícolas não só não garante o emprego no setor como também determina o crescimento menor ou decréscimo da área cultivada.

É claro que esse "crescimento menor ou decréscimo da área cultivada" tende a suavizar a queda cíclica da relação de trocas, podendo torná-la apenas temporária mesmo numa recessão prolongada. Essa conclusão de queda no emprego e na produção (e daí o caráter temporário da variação na relação de trocas) depende, contudo, da preponderância, no conjunto da agricultura, do "setor agrícola capitalista", ao qual Sayad restringe sua análise, explicitamente.[1] Quanto menor for a importância desse setor — ou, mais especificamente, quanto menor for o peso do trabalho assalariado e, portanto, maior o do trabalho familiar na agricultura —, menor deverá ser a queda do emprego e da produção devido à recessão. Com efeito, na produção com base no trabalho familiar o "custo da mão-de-obra" não toma a forma salarial, sendo um item residual de renda (a exemplo da renda da terra), e por isso não representa um custo explícito. Dado isso, e sendo baixo o custo de oportunidade dessa mão-de-obra (no curto prazo e ainda mais numa recessão), a queda generalizada de preços pode influir muito pouco na oferta agrícola desses pequenos produtores, cujo peso relativo (e, provavelmente, também o peso absoluto) deve aumentar nas fases recessivas

---

[1] Esse "setor agrícola capitalista" compreende, de acordo com Sayad (1982, p.34), os "segmentos da agricultura orientados fortemente para o mercado, que contratam mão-de-obra e investem recursos financeiros na produção agrícola, visando o lucro e a acumulação".

da economia.[2] Essas características próprias do setor agrícola implicam, assim, uma baixa elasticidade-preço da oferta agrícola agregada, daí resultando que uma recessão prolongada deve deprimir severamente os preços agrícolas de mercado interno, com uma recuperação apenas na retomada.

1.2 - Relação de Trocas e Renda da Terra

Maiores preços relativos dos exportáveis e, portanto, maior taxa de lucro nessas atividades implicam maior utilização de fatores de produção e, assim, aumento na renda agrícola. Este processo prosseguirá enquanto a taxa de lucro se mantiver superior à média do sistema. Quanto mais "exógenos" forem os preços externos, ou seja, quanto maiores forem as elasticidades-preço das nossas demandas, mais a taxa de lucro vai depender dos custos domésticos (custos de insumos industriais, de mão-de-obra, etc.), ou seja, das elasticidades-preço da oferta de fatores. Quanto maiores forem essas elasticidades, mais o processo de expansão tenderá a se manter.

Entre os fatores de produção, sobressai a terra, cuja disponibilidade por tipos é limitada, consideradas a fertilidade natural e a acessibilidade. Essa limitação faz com que, eventualmente, as diferenças entre os preços dos produtos e os res-

---

[2]Analisando as informações relativas à estrutura agrária do Paraná, Graziano da Silva (1978) mostrou a sucessão de dois movimentos contrários no número e área de estabelecimentos de pequenos produtores: rápida expansão na década de 60 (um período recessivo em sua maior parte) e igualmente rápida diminuição no período 1970/75 ("auge do milagre"). Posteriormente, Graziano da Silva (1981, pp. 71-3) estendeu a mesma conclusão para São Paulo.

pectivos custos de produção - definidos para os vários tipos de terra e incluindo o "lucro normal" da economia - passem a formar, conforme a velha análise de Ricardo, os gradientes de renda da terra. Um exemplo particular - certamente polar - dessa formação da renda da terra pode ser notado na "região cacaueira" da Bahia, onde se combinam, de um lado, requisitos muito estritos da planta e, de outro, a ecologia de uma região muito delimitada no espaço nacional, a qual detém a exclusividade dos "solos de cacau" [ver Rezende (1978)].

Um cultivo exportável qualquer utiliza a terra até que, na margem, obtenha a mesma renda da terra do cultivo de outro bem exportável ou doméstico. Uma elevação na rentabilidade dos exportáveis, devido à elevação de preços internacionais, à mudança de política cambial (como ocorreu em 1968, com a adoção das minidesvalorizações), ou ainda à concessão de incentivos fiscais às exportações, faz com que se incorporem ao subsetor de exportáveis terras antes marginais, substituindo-se os produtos domésticos através de uma elevação na renda da terra. Os preços dos produtos domésticos passam assim a incorporar, como um custo, a maior renda da terra originada no subsetor de exportáveis. Portanto, uma maior rentabilidade neste último subsetor generaliza-se ao conjunto da agricultura, mas implicando um deslocamento para a esquerda das curvas de oferta dos bens domésticos.[3]

---

[3] Note-se que essa conclusão pressupõe que a produção exportável não mais se expande, atualmente, via desbravamento territorial, como ocorreu na década de 50, em que sua expansão não causava queda da produção de alimentos, mas sim aumento. Ver Barros e Graham (1978, p. 697) e Ryff (1982).

É digno de nota o fato de que no período posterior a 1968 a renda da terra mostrou claros sinais de elevação, como se pode verificar em Rezende (1982).[4]

1.3 - O Salário Rural

Diferentemente do que se passa no mercado de terra, parece difícil esperar que um possível aumento na demanda de mão-de-obra (associado ao aumento da rentabilidade e da produção dos exportáveis) traga, por si mesmo, uma elevação no salário agrícola. Com efeito, à oferta de mão-de-obra nas próprias regiões agrícolas soma-se a oferta de outras regiões agrícolas e também dos setores não agrícolas; dever-se-ia esperar, portanto, um elevado coeficiente de elasticidade-preço da oferta de mão-de-obra para o subsetor de exportáveis, coeteris paribus. Essa expectativa, aparentemente, é contraditada pela evidência empírica, analisada em Bacha (1979 e 1982) e Pfefferman e Webb (1979), de elevação relativa do salário rural, comparado ao salário mínimo e ao salário urbano, a partir de 1968. Entretanto, Bacha atribui esse fenômeno não a um possível aumento da demanda de mão-de-obra, mas sim à elevação do "salário de reserva" dado pela renda média, em produtos agrícolas, que a força de trabalho rural poderia obter, alternativamente, como pequenos produtores ("pequena propriedade familiar"). Em sua análise, Bacha propõe uma associação estreita entre esse salário de reserva e a relação de trocas agricultura/indústria, do que se pode inferir que, pa

[4] Conforme nossa conclusão no topo da p. 6, essa elevação da renda da terra deve ter refletido também o fato de 1968 iniciar uma fase de elevado crescimento econômico. Provavelmente, os preços agrícolas, a renda da terra e o salário rural (ver a seção seguinte) devem ter atingido valores muito baixos em torno de 1966/67.

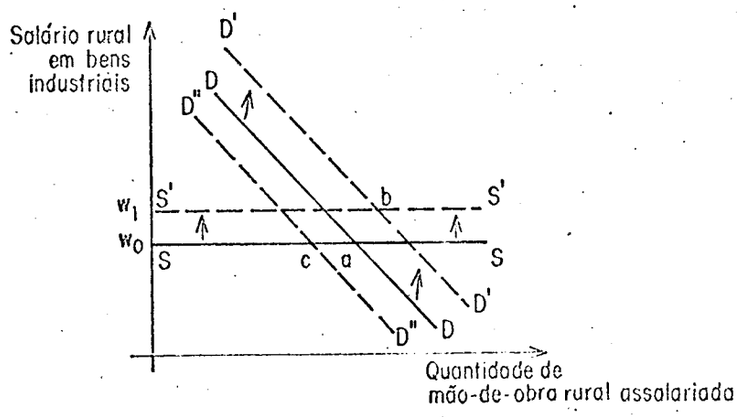
ra ele, os produtos exportáveis são produzidos na ocupação alternativa da mão-de-obra. Esta é uma premissa necessária ao argumento de Bacha: se os pequenos produtores limitam-se a produzir alimentos, a melhoria na relação de trocas pouco efeito teria sobre o salário de mercado, pelo menos segundo o mecanismo postulado pelo autor, que infelizmente não é explícito neste ponto.

Bacha (1980, p. 646) pretende que sua análise deva ser distinguida tanto do modelo de Lewis (em que o salário rural condicionaria o salário urbano) quanto de uma "vertente de análise marxista, [em que] é o salário urbano que delimita o salário rural". Em sua opinião, a evidência empírica não apóia essas duas hipóteses, simplesmente porque nenhuma delas prevê qualquer efeito da relação de trocas agricultura/indústria sobre a relação salários urbanos/salários rurais. De fato, essas duas teorias pressupõem que a mobilidade do trabalho é suficiente para equalizar o salário nos dois mercados (a menos de um diferencial constante, no modelo de Lewis). Bacha, ao contrário, adota a premissa de determinação separada do salário nesses mercados. Uma vez que tal premissa pode parecer muito forte, é conveniente considerar explicações alternativas para a redução do diferencial de salários. Neste sentido, ênfase tem sido dada, de um lado, "à expulsão de trabalhadores 'residentes' e sua substituição por 'volantes', [o que] leva a uma unificação do mercado de trabalho urbano e rural, já que os custos de subsistência da força de trabalho agrícola e não-agrícola com residência urbana são equivalentes"; e, de outro, à "eliminação dos cultivos de subsistência dos trabalhadores residentes restantes, [o que] ele

va suas necessidades mínimas de remuneração monetária" [ver Brant (1981, p. 236) e também, entre outros, Graziano da Silva (1981)].

Em síntese, Bacha admite que o mercado de trabalho rural funciona como mostra o Gráfico 1 abaixo, no qual o deslocamento de SS para S'S' (elevação do salário de reserva em bens industriais, de w_o para w_1, devido à melhoria na relação de trocas) é a única força relevante na alta do salário; deslocamentos na demanda (de DD para D'D' ou D"D") determinam apenas o volume empregado de mão-de-obra assalariada (que pode aumentar - ponto b - ou diminuir - ponto c).

Gráfico 1



1.4 - Uma Análise Alternativa do Mercado de Trabalho

Barros e Pinto (1979), apresentam um modelo neoclássico de inter-relacionamento agricultura de exportação/agricultura de mercado interno, mas sem considerar a competição por ter-

ra entre os dois subsetores, admitindo que a quantidade de terra seja fixa para cada subsetor (com a justificativa de que as dotações de terra de cada subsetor sejam de utilização específica). Além do mais, postulam uma curva de oferta de mão-de-obra crescente com o salário real em termos de bens agrícolas de mercado interno, e que a mão-de-obra é alocada em cada subsetor de maneira a igualar o salário de mercado à respectiva produtividade marginal. Uma vez que o mercado de trabalho é o único veículo do inter-relacionamento dos subsetores, essa sua caracterização é crucial para os resultados obtidos, mas não são consideradas as implicações de hipóteses alternativas. Os autores apresentam também a evidência de alta na relação salário rural/salário mínimo, associando-a, como Bacha, à melhoria na relação de trocas agricultura/indústria na década de 70, e consideram-na "significativa e consistente com os principais resultados do modelo aqui esboçado" (p. 150). Mas seu modelo, realmente, prevê uma alta no salário rural em bens agrícolas, ou seja, na relação salário rural/índice de preços agrícolas. Essa relação, conforme Bacha, é o "salário-produto", e ter-se-ia mantido estável no período, contrariando assim o modelo de Barros-Pinto.

2 - SETOR EXTERNO E OFERTA DE ALIMENTOS

2.1 - Abertura ao Exterior e Queda da Produção Alimentar

Barros e Graham (1978) apresentam informações segundo as quais a produção e a produtividade no subsetor de exportáveis cresceram mais do que no subsetor de domésticos a partir de 1968. Esse fato, naturalmente, não quer dizer muita coisa, se

mesmo assim os mercados domésticos tiverem sido atendidos satisfatoriamente - o que implica ausência de pressões altistas sobre os preços dos alimentos. Contudo, os autores apresentam também, no terreno de preços, uma evidência (muito enfatizada no trabalho) de evolução do "preço real da caloria", que mostra um aumento de 100% entre 1971 e 1976. Essas e outras evidências são relacionadas diretamente à "agressiva política de promoção de exportações" e às "boas condições de comércio internacional prevalecentes entre 1968 e 1973", estímulo este "perdido em 1974 e 1975, quando os preços de produtos primários se reduzem, mas recuperado em 1976 e 1977, no chamado mini-commodity boom" (pp. 703-4). O grau de abertura da agricultura ao exterior, ou seja, a proporção da produção agrícola vendida ao exterior, passou de cerca de 10 para 20% no período 1965/75 (a de produtos exportáveis passou de 30 para 50% e a de produtos domésticos oscilou de 0 a 2%). O complemento exato desse grau de abertura dá a disponibilidade doméstica de produtos agrícolas: a disponibilidade per capita de produtos domésticos caiu entre 1970 e 1975, enquanto a de produtos exportáveis subiu 20%.

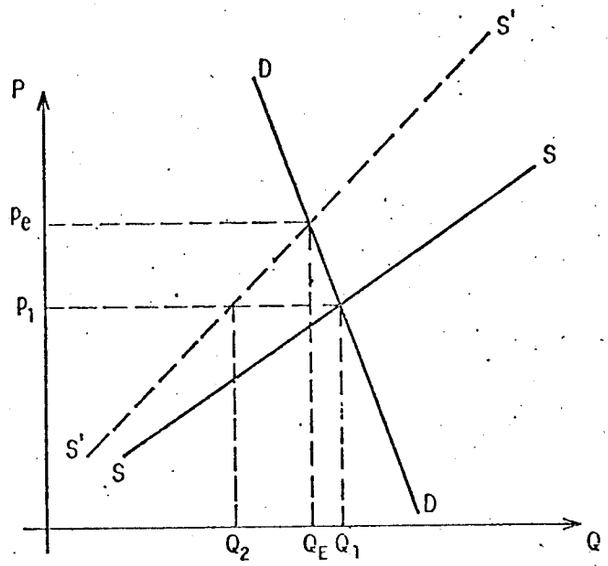
Os autores concluem então pela existência, no período, de "um forte elo entre exportações e mercado doméstico" (p. 717), mas procuram argumentar que isso se deveu não só à conjuntura de alta dos preços internacionais, mas também às "condições em que operou a política agrícola no Brasil" (p. 717, grifo dos autores). Seu argumento é o seguinte:

> ... os preços de exportação são muito mais livres que os de mercado interno, sendo os últimos alvos freqüentes de controles de preços, quotas, etc. Uma im-

> plicação deste fato é que o retorno de investimentos em modernização é maior nas culturas de exportação e o risco menor. Na medida em que o próprio setor de pesquisas agrícolas acabe concentrando o grosso de seus esforços também em produtos exportáveis, resulta daí... que a produtividade do setor exportável sobe ao longo do tempo, enquanto observamos estagnação e até declínio na produção por área do setor doméstico (pp. 717-8).
>
> Dadas essas condições, é fácil então perceber por que o setor de produtos domésticos ficou em posição difícil nos últimos anos: os aumentos de preço no mercado internacional e as elevações de produtividade que se seguiram estimulam um crescimento da produção. Esta resposta da oferta só pode se dar através do uso de maior quantidade de fatores, inclusive terra e mão-de-obra, uma vez que a produção andou mais rápido que a produtividade. Com maiores preços e maior apuro técnico, o setor exportador pode remunerar mais os fatores que utiliza e ampliar efetivamente a produção.
>
> Entretanto, o mesmo não se dá com o setor doméstico, onde a ausência de progresso técnico e os controles de preços impedem que os produtores de alimentos acompanhem o setor exportador. Então, maiores preços de fatores (determinados pela expansão da demanda do setor exportável) só são compatíveis com uma redução na oferta de alimentos (pp. 718-9).

Essa análise sugere o gráfico a seguir: ao manter o preço ao nível de P_1, não obstante o deslocamento da oferta para S'S' (aumento de custos), o Governo fez com que a quantidade ofertada se reduzisse para Q_2, inferior à nova quantidade de equilíbrio Q_E. Segundo os autores, restou ao mercado doméstico trilhar "um pouco" de três caminhos: a) "os controles de preços submergem pela pressão da demanda e os preços locais se elevam", b) "os controles de preços se mantêm firmes e aparecem problemas de escassez física no mercado", e c) "o abastecimento se normaliza via importações" (p. 719).

Gráfico 2



De maneira consistente com sua análise, os autores terminam por destacar que, no longo prazo, "somente um esforço concentrado na geração de tecnologia moderna para alimentos pode superar a armadilha da segmentação da produção agrícola" (p. 722) e que, no curto prazo, "a única forma de se elevar... a oferta de alimentos é através de um aumento dos preços pagos aos produtores e de uma redução no risco da atividade". Como a primeira solução tem impacto inflacionário, limitam-se, então, à proposta de uma redução da "variância dos preços pagos aos produtores, mantendo suas médias sem grandes alterações" (p. 724).

Vale a pena notar que Barros e Graham tendem, assim, a responsabilizar a "política agrícola" pela má performance da oferta de alimentos. Mesmo, não sendo, talvez, seu objetivo, o resultado é que, implicitamente, eles relegam a um segundo plano a atuação de mecanismos internos ao setor agrícola que pode-

riam ter levado a grandes deslocamentos para a esquerda nas curvas de oferta de alimentos (ver Gráfico 2), em resposta à conjuntura internacional favorável de preços agrícolas e à própria política interna de promoção de exportações. Os autores, ao contrário, parecem admitir que, nas funções-oferta de alimentos, é pequeno o impacto de custos devido à maior rentabilidade dos exportáveis; portanto, uma pequena elevação de preços de alimentos - bloqueada pelos controles de preços - teria impedido a queda nas quantidades ofertadas.

2.2 - Instabilidade de Renda e Segmentação Exportáveis/Domésticos

A constatação empírica de um problema de produção de alimentos no período que coincidiu com a abertura ao exterior foi também objeto de análise de Ryff e Lyra (1980), Menezes *et alii* (1981) e Homem de Melo (1979a e 1979b). Mais recentemente, Homem de Melo (1982a) apresentou um quadro mais completo da disponibilidade doméstica de alimentos nas últimas décadas, incluindo as importações e os alimentos de origem animal; além disso, essa disponibilidade foi especificada em calorias e proteínas. Homem de Melo (1982a, pp. 394-5) conclui que, "desde a segunda metade dos anos 60, a quantidade disponível de calorias e proteínas por habitante encontra-se estagnada, com quedas entre 1967 e 1975 e uma posterior recuperação. Ao mesmo tempo, tivemos importantes alterações nos alimentos geradores dessa disponibilidade, isto é, de um lado, estagnação ou diminuição dos alimentos domésticos (arroz, feijão, milho, mandioca e batata) e, de outro, principalmente, mais trigo - produto importado".

Parece oportuno considerar que, dado o cuidado com que foram feitas as análises empíricas, a mera constatação empírica de que ocorreu um problema de oferta de alimentos no período posterior a 1968 não deve ser um objetivo importante de pesquisa. Esse não parece ser um issue disputado. Cabe tentar ir além. De maneira específica, se a "história econômica" recente (pós-1968) é para ser estudada, o objeto da análise deve ser uma melhor identificação de uma problemática que aparentemente jaz latente na economia brasileira: uma incompatibilidade virtual de a agricultura ao mesmo tempo produzir para o mercado interno e expandir as exportações (e, agora também, a produção de biomassa).

Nesse sentido, Homem de Melo (1978, 1979c e 1981a) tem uma contribuição que nos parece particularmente interessante, ao adotar a distinção produtos domésticos/produtos exportáveis a partir do grau de influência dos preços internacionais e da política cambial na formação dos preços recebidos pelos agricultores, e ao apresentar a análise seguinte. As flutuações de safra e de demanda, a nível internacional, em regra não coincidem nos vários países, dada a sua dispersão geográfica. Por isso, dever-se-ia esperar uma pequena flutuação de preços, ou seja, um pequeno "risco de preços" para um país qualquer, subsistindo apenas o risco de rendimentos físicos. Pode-se talvez dizer também que os movimentos de queda e de alta devem ser mais previsíveis, caracterizando-se então uma "variabilidade" de preços sem incerteza. Os preços dos produtos domésticos, ao contrário, devem tender a flutuar muito mais, dado que as flutua-

ções de oferta defrontam-se com baixas elasticidades-preço no lado da demanda.[5]

Com base no critério da presença ou não do produto nas pautas de exportação, abrindo, contudo, categorias especiais para milho, amendoim e cana-de-açúcar, Homem de Melo (1979c, p. 831) propôs a seguinte classificação (limitando-se aos produtos da agricultura paulista): a) produtos de mercado interno: arroz, feijão, batata, cebola e mandioca; b) produtos de mercado externo: algodão, soja, café e cana-de-açúcar; c) produtos intermediários: milho e amendoim; e d) produto administrado: cana-de-açúcar.

Essa classificação foi testada através da especificação de modelos de determinação de preços recebidos pelos agricultores, em condições de economia fechada e, alternativamente, aberta ao comércio internacional. No primeiro caso, conforme

---

[5]Abrindo um parêntese e voltando a Barros e Graham (1978), é possível que a ênfase atribuída à "política agrícola" sobre os preços tivesse implícito o seguinte: sendo os produtos domésticos muito importantes no consumo popular, o Governo "controla" preços quando há pressão altista, mas deixa que eles caiam quando há abundância; o resultado é que o preço médio esperado cai e aumenta o risco de prejuízo. Já os produtos exportáveis têm seus preços mais livres, e por isso são menos arriscados. A análise acima sugere, contudo, que o menor risco dos exportáveis, vis-à-vis os produtos domésticos, não se explicaria apenas pelo menor grau de intervenção do Governo, mas basicamente pela dimensão mundial de seus mercados. Homem de Melo (1978, p. 52), contudo, considera que a separação de produtos agrícolas nas categorias de mercado interno e externo seja possível "principalmente como resultado de intervenções governamentais no mercado de cada um deles; por exemplo, medidas de política comercial podem deslocar produtos da categoria de transacionados internacionalmente... para a categoria de bens domésticos ou transacionados apenas internamente".

Homem de Melo (1978, pp. 54-5), a equação foi da forma P = f (Q, Rpc, Pop), e, no segundo, P = g (Q, Rpc, TC, Pint, Pop), onde P = preço do produto, Q = quantidade produzida, Rpc = renda per capita, Pop = população, TC = taxa de câmbio e Pint = preço internacional. Homem de Melo (1979c, p. 832) considera que esse teste "não [foi] tão completo quanto o desejado, [mas] os resultados obtidos ... parecem indicar que a classificação de produtos proposta não deve estar longe da realidade".

Homem de Melo (1979c, pp. 833-42) apresenta, em seguida, evidência empírica de que a instabilidade de preços é maior para os produtos domésticos do que para os exportáveis (evidência análoga é apresentada para os rendimentos físicos dos produtos).[6] O autor considera a possibilidade de uma "relação de causa-efeito entre [essas duas instabilidades] em um mercado fechado às transações internacionais e sem a existência de estoques reguladores, isto é [de que] produtos com maior instabilidade de rendimentos poderiam também ter maior instabilidade de preços". Nesse caso, a observação separada de cada instabilidade levaria o analista a exagerar o grau de instabilidade de renda, que é o que realmente importa. Os coeficientes de correlação encontrados sugeriram, contudo, que "no contexto [do] estudo o problema de causa-efeito não parece ser muito sério"; uma possível razão seria que "os preços usados (recebidos pelos agricul-

---

[6] Essa análise limitou-se ao caso de São Paulo. Em outro trabalho, contudo, Homem de Melo (1981b, p. 528) informa que a mesma análise foi refeita para preços médios do Brasil durante 1966/77, "sendo os resultados finais bastante coincidentes".

tores paulistas) são afetados pelas condições de oferta... no Brasil como um todo, enquanto as variações de rendimento [em São Paulo] podem ser afetados por condições mais específicas a este Estado" [ver Homem de Melo (1979c, p. 842)]. Esse argumento, que implica covariância nula das duas instabilidades, valeria ainda mais ao nível de um fazendeiro isolado.

Parece-nos muito importante, em termos de implicações analíticas, esta hipótese de que os produtos domésticos são mais arriscados do que os exportáveis. Ela nos permite um aprofundamento analítico da segmentação entre exportáveis e alimentos que se manifestou de forma tão dramática no passado recente. Este será o objetivo da próxima seção.

2.3 - Incerteza na Agricultura, Oferta de Alimentos e Estrutura Agrária

Propôs-se antes (pp. 6-7) que a mera circunstância de os preços dos produtos exportáveis - em cujos mercados mundiais o Brasil tenha participação pequena - não serem afetados pelas reações de oferta interna dá ao subsetor de exportáveis um papel singular e crucial na determinação da estrutura e da dinâmica do conjunto da agricultura. A ênfase recaiu na diferença (ampliada pela política econômica e/ou em épocas de boom internacional) entre preços externos e custos domésticos: assim, essa diferença respondeu, como no caso da soja, por grandes movimentos na oferta, até que, através de elevação dos custos domésticos (custos industriais, salário rural, renda da terra etc.), a taxa de lucro do subsetor de exportáveis reequiparou-se à ta-

xa média da economia. A exogeneidade de preços externos vis-à-vis a oferta e os custos internos é o aspecto enfatizado no argumento.

Está implícito, contudo, que o preço do produto exportável - e, assim, o diferencial preço-custo - é previsível com pequena margem de risco. Com efeito, os preços externos podem ser independentes de oferta e custos internos, mas erráticos, e portanto a diferença preço-custo perderia seu papel determinante.

Incorporando-se agora à análise os diferentes graus de risco, torna-se possível compreender melhor, em primeiro lugar, o domínio do subsetor exportador na formação da renda da terra. Com efeito, sendo esta última um resíduo após a dedução do lucro, quanto menos arriscado for este, menor deverá ser a taxa de lucro requerida pelos empresários e, portanto, maior deverá ser o nível de renda da terra.

Em segundo lugar, a produção de retorno menos arriscado deverá gerar uma "demanda de tecnologia", pressionando por maior geração de tecnologia, incluindo maior utilização de insumos modernos. Desta forma, a menor instabilidade de preços articula-se com maior disponibilidade de tecnologia para o subsetor de exportáveis, aprofundando-se a segmentação dentro da agricultura [ver Homem de Melo (1978 e 1980) e Dias et alii (1976)].

Em terceiro lugar, a maior incerteza de retorno no subsetor doméstico faz com que os produtores de melhores dotações de recursos materiais e humanos tendam a se especializar nos pro

dutos exportáveis, cujas exigências de recursos, por sua vez, vão além das possibilidades de produção de pequenos produtores - com a possível exceção de pequenos proprietários mais bem localizados. A esses pequenos produtores resta dedicarem-se aos produtos domésticos, diversificando-se, limitando sua integração ao mercado através de autoconsumo e, assim, assegurando sua renda de subsistência em condições de aversão ao risco [ver Homem de Melo (1981b)].[7]

Uma associação análoga de atividades produtivas a tipos de produtores definidos segundo sua inserção na estrutura agrária foi também objeto de análise de Rezende (1978 e 1979), mas centrada numa diferença de nível da taxa de retorno entre as atividades, ignorando-se o aspecto do risco. É fácil mostrar, contudo, que o diferente grau de incerteza associado à taxa de retorno é um aspecto essencial para a análise do fenômeno. Cite-se, a propósito, um trabalho de Furtado (1981, p. 26), em que se afirma que a "desorganização do mercado" pressiona "no sentido da redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade", e que esses "baixos preços... constituem um obstáculo à modernização do cultivo dos mesmos produtos nas explorações aptas à acumulação". Esta modernização exigiria "organizar o mercado desses produtos, portanto, elevar seus preços relativos e, conseqüentemente, aumentar o preço da mão-de-obra" (p. 27). Na medida, contudo, em que o problema maior situe-se na incerteza quanto ao

---

[7]Note-se a discordância implícita com relação à análise de Bacha (ver Seção 1.3), caso ela requeira a hipótese de que os pequenos produtores também produzem exportáveis.

nível do preço, essa organização (e, portanto, a modernização) não tem por que exigir uma elevação desse nível. Ao contrário, essa modernização, ao dotar esses cultivos de um grau de especialização produtiva maior e de uma base técnica superior, deverá levar, aí sim, a "preços baixos". A desconsideração da dimensão do risco associado à taxa de retorno pode, assim, levar a um diagnóstico incorreto do problema da oferta de alimentos. Aliás, a experiência da década de 70 esteve muito longe de sugerir a idéia de "preços baixos" de alimentos no Brasil.[8]

Para compensar o maior grau de risco no subsetor de domésticos, deve-se esperar que os produtores mais bem dotados de recursos viessem a requerer uma taxa de retorno esperada (igual à média da distribuição de probabilidades) superior àquela obtida no subsetor de exportáveis. Esse requisito, em si mesmo, abre espaços a grupos de pequenos produtores no subsetor de domésticos, que passam a ser produzidos com combinações de taxa de retorno esperada e risco que, conquanto compatíveis com a natureza não-capitalista desses pequenos produtores, não o são, contudo, com formas capitalistas de produção. A economia brasileira consegue, assim, sua oferta de alimentos, não obstante a "desorganização" do mercado. Esta é, contudo, uma oferta precária, correspondendo à precariedade técnico-econômica desses pe-

---

[8] Na mesma linha acima de Furtado, existe uma grande literatura que, ignorando o aspecto da incerteza, pretende explicar a produção de alimentos pela pequena produção por uma suposta (teleológica) "fixação dos preços dos alimentos [que] tende a contemplar antes as necessidades da acumulação no pólo dinâmico da economia do que a remuneração dos fatores no setor agrícola" [ver Duarte e Queda (1974, p. 94) e também, entre outros, Graziano da Silva e Queda (1977) e Queda et alii (1979)].

quenos produtores. Num período de "abertura ao exterior", ou de um boom de exportáveis, ou ainda devido a outros fatores,[9] reduz-se essa pequena produção e, junto com ela, a produção de alimentos: com efeito, permanecendo a "desorganização" do mercado, a pressão altista em seus preços não é suficiente, dado o grau de incerteza da taxa de retorno, para tornar os bens domésticos competitivos com o subsetor de exportáveis.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquanto o setor externo tenha cumprido um papel altamente favorável na elevação da renda e na capitalização do setor agrícola no período estudado, a ênfase maior da literatura resenhada recaiu, contudo, nos efeitos negativos da abertura ao exterior sobre a produção de alimentos, refletindo preocupações subjacentes com os aspectos distributivos do crescimento brasileiro. A perspectiva analítica mais promissora apontou para uma inferioridade competitiva dos alimentos, radicada no grau maior de incerteza, o que reduz a eficácia de preços livres como mecanismo "sinalizador" das necessidades sociais ao sistema produtivo.

Esse comportamento insatisfatório da oferta de alimentos deu lugar, nos últimos dois anos, a uma conjuntura mais fol

---

[9] A própria política agrícola - especialmente o crédito rural subsidiado -, em tal contexto, pode implicar um efeito perverso sobre a oferta de alimentos, na medida em que contribua para a redução do número de pequenos produtores. Um efeito igualmente perverso pode-se atribuir ao fato de, na década de 70, a terra ter-se comportado como um ativo preferido pelos investidores da economia. Sobre estes pontos, ver Rezende (1982).

gada no abastecimento interno. Conquanto deva ser admitido um papel positivo da política agrícola adotada a partir de 1979 — especialmente a política de fixação de preços mínimos e de apoio creditício à comercialização -, é muito interessante especular em que medida essa melhor performance da oferta de alimentos teve que ver, mais basicamente, com um desafogo ao nível do setor externo (queda generalizada de preços internacionais observada desde então).[10]

A se confirmar o caráter mais duradouro desse período desfavorável do comércio mundial, uma implicação importante poderia ser colocada para a política econômica, com base nesta resenha.[11]

Com efeito, as desenvolvidas forças produtivas conectadas com o setor agrícola (estendendo-se à infra-estrutura de transportes e comercialização, sistema financeiro, indústria supridora e processadora, pesquisa agrícola e extensão rural, etc.), se é verdade que se deram de forma "segmentada", são virtualmente conversíveis à produção para o mercado interno. Conquanto seja possível que parte dessa conversão já esteja se dando (como, por exemplo, o milho no lugar da soja), a literatura

---

[10] Homem de Melo (1982b) e Barros (1982), ao discutirem esse período recente, ressaltam ainda tratar-se de uma conjuntura macroeconômica de recessão, com "significativa diminuição no consumo de alimentos [e também, por] efeito de elevação da taxa de juros,... redução dos níveis desejados de estoques pelo setor privado" [ver Homem de Melo (1982b, p. 532)].

[11] A parte que se segue deve muito a discussões no âmbito do I Encontro Estadual de Economistas do Rio de Janeiro, em especial com a Professora Maria da Conceição Tavares.

resenhada sugere, contudo, que seja necessária uma política agrícola fundamentalmente diferente da que prevaleceu no período pós-1968, sob pena de simplesmente sobrevir um marasmo na agricultura: não se expandem nem os exportáveis nem os domésticos.

Esta nova política agrícola - prosseguindo e aprofundando tendências pós-1979 - deverá privilegiar mais do que nunca, diretamente, a rentabilidade na agricultura, o que é sinônimo de redução de incerteza. O crédito rural subsidiado não terá, então, qualquer eficácia como instrumento.

BIBLIOGRAFIA

Bacha, E. L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(3):585-628, dez. 1979.

_____. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil - réplica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(2):645-6, ago. 1980.

_____. Introdução à macroeconomia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982.

Barros, J. R. M. de, e Graham, D. H. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(3):695-726, dez. 1978.

Barros, J. R. M. e Pinto, M. B. P. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos: uma exposição gráfica. Revista Brasileira de Economia, 33(1), 1979.

Barros, J. R. M. de. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. Revista de Economia Rural, Brasília, 20(2), Número Especial, 1982.

Brant, V. C. Brasil: Producción de subsistencia y valor de la fuerza de trabajo. Estudios Rurales Latinoamericanos, 4(3): 235-8, set./dez. 1981.

Dias, G. L. S., et alii. Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 6 (3), 1976.

Duarte, J. C., e Queda, O. Agricultura e acumulação. Debate e Crítica, São Paulo, 2:90-7, jan./jun. 1974

Furtado, C. O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Graziano da Silva, J. F., e Queda O. Algumas implicações da distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: Pinsky, J., org. Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977.

Graziano da Silva, J. F. A estrutura agrária no Estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, 64, 1978.

_____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981.

Homem de Melo, F. B. Agricultura brasileira: incerteza e disponibilidade de tecnologia. Tese de Livre-Docência. São Paulo, USP, 1978.

Homem de Melo, F. B. Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. In: Sayad, J., org. Resenhas de Economia Brasileira. São Paulo, Saraiva, 1979a.

_____. Agricultura de exportação e o problema da produção de alimentos. Estudos Econômicos, São Paulo, 9(3), 1979b.

_____. Padrões de instabilidade entre culturas da agricultura brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(3):819-44, dez. 1979c.

_____. Disponibilidade de tecnologia entre produtos de agricultura brasileira. Revista de Economia Rural, Brasília, 18(2), 1980.

_____. Abertura ao exterior e estabilidade de preços agrícolas. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 35(2), 1981a.

_____. A política econômica e a pequena produção agrícola. Anais do IX Encontro Nacional da ANPEC, Vol. 2, 1981b.

_____. Disponibilidade de alimentos e efeitos distributivos: Brasil, 1967/79. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 12(2):343-98, ago. 1982a.

_____. A contribuição da agricultura: alimentos, exportações e energia. Revista de Economia Rural, Brasília, 20(2), Número Especial, 1982b.

Lara Resende, M. M. Energy prices and the post oil/energy crisis Brazilian inflation: an input-output study. Tese de Ph.D. Yale, 1982.

Menezes, F. A. F., et alii. Agricultura brasileira: a produção para o abastecimento interno. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 5(2), 1981.

Pfefferman, G. P. e Webb, R. The distribution of income in Brazil. Washington, D. C., World Bank Staff Working Paper nº 356, 1979.

Queda, O., et alii. Evolução recente das culturas de arroz e feijão no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura - BINAGRI, 1979.

Rezende, G. C. de. Produção, emprego e estrutura agrária na região cacaueira da Bahia. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(1):83-116, abr. 1978.

_____. Estrutura agrária, produção e emprego no Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(1): 33-82, abr. 1979.

_____. Política agrícola, preço da terra e estrutura agrária. Revista de Economia Rural, Brasília, 20(1), Número Especial, 1982.

Ryff, T., e Lyra, I. T. Agricultura de abastecimento interno: problemas e perspectivas. Revista de Economia Rural, Brasília, 18(3), 1980.

Ryff, T. A cornucópia agrícola: mito e realidade. In: Tavares, M. C., e David, M. D., orgs. A economia política da crise. Rio de Janeiro, Vozes-Achiamé, 1982.

Sayad, J. Inflação e Agricultura. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(1):1-32, abr. 1979.

_____. Notas sobre a agricultura no curto prazo. Revista de Economia Política, São Paulo 2(4):33-55, out./dez. 1982.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo